EDUCAÇÃO INTEGRAL, TERRITÓRIO E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA PARA SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS – VOL I

No contexto das profundas transformações que vive a sociedade contemporânea impõe-se, aos trabalhadores do campo da educação, ampliar seu olhar e compreender que é preciso ir além dos limites construídos pelas abordagens disciplinares e temáticas convencionais, para a realização das profundas mudanças, ainda necessárias na educação brasileira.

Certamente, para quem tem compromisso com a construção de sociedades democráticas, o enfrentamento das enormes desigualdades, presentes no cenário social e educacional brasileiro, segue sendo um horizonte importante para os fazimentos e para a reflexão, portanto para a própria formulação teórica.

Ao longo do século XX, e nas primeiras décadas deste século, muitos movimentos foram construídos, buscando articular a sociedade e o estado brasileiro para a tarefa de universalizar, com qualidade, a educação básica.

Tal propósito, desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, colocou-se no sentido da equalização de oportunidades educativas, irrisórias em um país de matriz escravocrata, no qual o 'berço e o sobrenome' determinaram, por séculos, o acesso e a permanência em instituições educativas.

Compõe estes esforços, muitas iniciativas governamentais, tanto como macro-políticas federais, quanto políticas estaduais e municipais, no sentido da materialização da escola pública de qualidade para o conjunto da população.

Destacam-se, nesta perspectiva, o amplo projeto educacional de Anísio Teixeira que ganhou forma nas escolas construídas na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1930, no Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador nos anos de 1940, no projeto educacional de Brasília, de Escolas Parque-Escolas Classe, nos anos que antecederam a ruptura política-institucional de 1964, ruptura que atrasou profundamente os esforços para a construção de uma sociedade efetivamente democrática, luta que travamos até hoje.

Neste caminho vale sempre referir a política dos Ginásios Vocacionais dos anos de 1950 e 1960, coordenada pela Professora Maria Nilde Mascellani e a política especial dos Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPS, orquestrados no governo do estado do

Rio de Janeiro de Leonel de Moura Brizola, sob a batuta de Darcy Ribeiro e que, neste ano, completam 40 anos, entre idas e vindas, desmontes e retomadas.

Apesar de todos os esforços e do vasto embasamento legal, produzido sobretudo desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, no contexto político e cultural afirmativo de um país soberano e altivo, as dificuldades permanecem, pois, forças contrárias a justiça social, e a própria soberania, seguem muito vivas.

No raiar do século XXI, novamente ganhou robustez, a perspectiva de uma educação integral para o conjunto da população brasileira, a luz da determinação constitucional, que prevê como primeiro objetivo da educação nacional, o pleno desenvolvimento da pessoa.

No período de 2007 a 2016, no contexto de formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) no Ministério da Educação, instituiu-se o Programa Mais Educação, que retomou com ênfase o pensamento de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Maria Nilde Mascellani e do próprio Paulo Freire, para materializar em 60 mil escolas e para cerca de 7 milhões de estudantes, a perspectiva de uma escola de dia inteiro e de formação humana integral, que foi base para a construção da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), consagrado na Lei 13.005/2014.

Em que pese todo empenho de lutas e debates que apontavam, no PNE, para o investimento de 10% do PIB para a educação, a interrupção do governo, legitimamente eleito, de Dilma Roussef, novamente, como em outros momentos da história, impactou profundamente os avanços educacionais que estavam em curso.

A retomada da perspectiva de uma educação pública universal e de qualidade, no ano de 2023, recoloca a pauta e a agenda da educação integral, novamente em voga, pela sanção presidencial da lei 14.640, acompanhada de uma ampla política de financiamento de ações convergentes com suas necessidades, proposta e organizada pelo Ministério da Educação.

Neste contexto, o dossiê **Educação Integral, território e formação ao longo da vida para sociedades democráticas**, proposto pela Revista de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), reúne artigos que abordam, a partir de distintas perspectivas, a educação integral como eixo estruturante para sociedades mais justas, democráticas e emancipadoras.

A educação integral é compreendida, à luz de Jaqueline Moll e outros autores contemporâneos, como um projeto que articula as dimensões cognitiva, ética, estética, política e afetiva da formação humana, assumindo o território como espaço vivo de aprendizagem e envolvendo diferentes atores e políticas, também no âmbito territorial, sem descuidar a tarefa

central da escola no sentido do acesso ao patrimônio de conhecimento científico, histórico, cultural, produzido pela humanidade.

Responderam a chamada do Dossiê, inúmeros autores e autoras de Universidades de todas as regiões do Brasil, além de colegas de Universidades de outros países.

Neste primeiro volume, apresentam-se 13 textos, organizados a partir da abordagem conceitual sobre o tema, de sua perspectiva de organização desde diferentes lugares do Brasil, de suas interfaces com outras áreas de atuação das políticas públicas, enriquecidos pela contribuição ao debate, a partir de reflexões desde a Universidade de Rosário, província de Santa Fé, Argentina.

Apresentamos, a seguir, cada texto, com seu enfoque e abordagem específica, considerando que o conjunto dos textos amplia e sistematiza olhares, perspectivas e reflexões, de modo muito significativo para o campo da educação integral.

O artigo **Educação Integral como Possibilidade de Materialização da Formação Humana Integral**, de autoria de Edilene Eva de Lima, Paula Cortinhas de Carvalho Becker e Juarez da Silva Thiesen, desenvolve uma análise aprofundada sobre a educação integral como mediação para a formação humana integral, a partir de duas investigações acadêmicas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, entre os anos de 2017 e 2021.

Orientado pela abordagem histórico-cultural, o estudo articula análise teórica e empírica, valendo-se de procedimentos documentais e entrevistas semiestruturadas, tendo como campo de análise quatro programas e projetos de referência nacional, estadual e municipal: o Programa Mais Educação (PME), a Escola Pública Integrada de Santa Catarina (EPI-SC), o Projeto Educação Integral da Escola Básica Municipal Intendente Aricomedes da Silva (EBIAS-SC) e o Projeto Escola Integrada de Belo Horizonte (PEI-BH). As categorias teóricas-metodológicas mobilizadas — tempos e espaços escolares, saberes e conhecimentos, gestão curricular, integração curricular e intersetorialidade/territorialidade — sustentam a defesa de que a reorganização e a integração curricular constituem elementos fundamentais para potencializar a formação omnilateral dos estudantes.

O artigo reafirma a perspectiva de que a educação integral, estruturada por currículos substancialmente integrados e fundamentada em uma concepção teórica robusta, pode ser compreendida como um caminho efetivo para a promoção de uma formação humana integral. Os autores contribuem significativamente para o debate contemporâneo sobre políticas curriculares, gestão democrática e os desafios da educação pública de qualidade, oferecendo

subsídios teórico-metodológicos para pesquisadores, formuladores de políticas públicas e profissionais da educação comprometidos com a construção de uma escola pública emancipadora e inclusiva.

O artigo **Estudantes em Tempo Integral: a Urgência de Educar e Cuidar por Meio da Integração das Políticas Sociais**, de autoria de Dinora Tereza Zucchetti, Marilene Alves Lemes, Gabriel Grabowski, propõe uma análise crítica e reflexiva sobre a educação integral e a ampliação do tempo escolar como estratégias essenciais para a promoção da equidade educacional no Brasil. A pesquisa parte da constatação de que programas de educação em tempo integral, historicamente implementados, têm sido direcionados majoritariamente para populações socialmente vulnerabilizadas, assumindo, portanto, forte caráter compensatório.

Com abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental e revisão teórica, o estudo examina as bases legais, as políticas públicas recentes — como o Programa Escola em Tempo Integral (Lei n. 14.640/2023) — e as necessidades de integração intersetorial entre educação, assistência social e saúde. A autora defende a urgência de reconhecer o estudante em tempo integral como sujeito que demanda práticas educativas expandidas no tempo e no espaço, ultrapassando a lógica tradicional da educação formal para incorporar estratégias de cuidado, proteção e desenvolvimento pleno.

As autoras articulam de maneira consistente as noções de vulnerabilidade social, direito à educação e necessidade de uma prática educativa que integre o educar e o cuidar como dimensões indissociáveis. Apoiada em referenciais clássicos, como Anísio Teixeira e John Dewey, e em contemporâneos como Jaqueline Moll e Aldaíza Sposati, a autora defende que a efetividade da educação integral depende da construção de redes intersetoriais robustas e do compromisso ético-político com a justiça social.

Este artigo constitui uma contribuição relevante para os campos da Educação, das Políticas Públicas e da Sociologia da Educação, sendo indicado a pesquisadores, docentes, formuladores de políticas e gestores que atuam na promoção do direito à educação integral, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social.

O artigo **Educação Integral e Reconexão Sociometabólica Humano-Natureza: Principiologias Ontológicas e Filosóficas para Formação Humana Integral**, de autoria de Joaquim Gonçalves da Costa e Cristiano Augusto Durat, configura-se como uma contribuição teórica de fôlego no campo da educação integral, articulando fundamentos ontológicos, filosóficos e sociometabólicos a partir do método do materialismo histórico-dialético. Com abordagem de natureza eminentemente bibliográfica e análise crítica, o estudo propõe uma

reflexão profunda sobre as bases principiológicas necessárias à superação da ruptura metabólica entre ser humano e natureza, imposta pela lógica do modo de produção capitalista.

Ancorado em categorias fundamentais como totalidade, contradição, mediação, universalidade e práxis, o autor defende que a educação integral, concebida em sua perspectiva omnilateral e emancipadora, deve constituir-se enquanto mediação prática transformadora. Tal proposta é apresentada no contexto das crises sistêmicas contemporâneas — notadamente as crises climáticas e ambientais —, que exigem, além de mudanças estruturais no modo de produção, um redimensionamento dos processos educativos e formativos.

O artigo articula criticamente contribuições teóricas de autores como Karl Marx, György Lukács, István Mészáros e Gaudêncio Frigotto, dentre outros, para fundamentar a necessidade de um novo projeto educativo capaz de integrar ontologia, filosofia, epistemologia e práticas pedagógicas voltadas à formação humana integral. Os autores propõem, assim, que a educação integral assuma a tarefa histórica de favorecer a reconexão sociometabólica entre humanidade e natureza, condição indispensável para a construção de um novo horizonte civilizatório, ético, social e ambientalmente sustentável.

Esta pesquisa é recomendada a estudiosos das áreas da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia Ambiental e Políticas Públicas Educacionais, bem como a gestores e formuladores de políticas comprometidos com a transformação crítica e emancipatória dos processos formativos.

O artigo **Educação Integral no Brasil: Estruturação Normativa e Impactos no Desenvolvimento Educacional**, de autoria de Tânia Castro Gomes e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, desenvolve uma análise rigorosa da trajetória normativa da educação integral no Brasil e de seus reflexos no desempenho da educação pública. Fundamentado em pesquisa documental e revisão bibliográfica, o estudo examina portarias, resoluções, leis e documentos orientadores desde os anos 1990 até a promulgação da Lei nº 14.640/2023, abordando avanços e limitações dos programas e políticas implementados.

Aportado na perspectiva crítica e histórica, o texto evidencia que, embora a ampliação do tempo escolar tenha sido um vetor importante, a efetiva educação integral exige mais do que a extensão da jornada: demanda a reorganização do currículo, a valorização do trabalho docente, a gestão democrática e o compromisso com a formação plena dos estudantes em suas múltiplas dimensões. O artigo destaca, ainda, as descontinuidades e retrocessos das políticas

educacionais em distintos momentos políticos, problematizando os efeitos da lógica neoliberal na educação pública brasileira.

Ao reconstruir a cronologia legislativa e situar a educação integral no contexto das transformações políticas e econômicas nacionais, Tânia Castro Gomes e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, oferecem uma contribuição relevante para pesquisadores, gestores educacionais e formuladores de políticas públicas comprometidos com a construção de uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

O artigo **Amazônia Tocantinense e Educação Integral: Limites, Desafios e Possibilidades de uma Política Educacional Territorializada**, de Rosilene Lagares, Diogo Teixeira de Castro Silva, Deyvison Bispo de Oliveira Santos, apresenta uma análise crítica da implementação da política de educação integral em tempo integral nos municípios da Amazônia tocantinense, com base na Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2025). Fundamentado na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o estudo articula revisão bibliográfica e pesquisa empírico-documental para examinar as condições socioeconômicas, territoriais e educacionais que influenciam a efetivação dessa política pública na região.

Os autores evidenciam que as desigualdades socioeconômicas e as especificidades biogeográficas da Amazônia tocantinense impactam diretamente os resultados educacionais e a capacidade de implementação da educação integral, destacando as insuficiências de infraestrutura, financiamento e recursos humanos como obstáculos centrais. A pesquisa, ao incorporar dados de fontes como IBGE, INEP e PRISME, demonstra a necessidade de políticas educacionais territorializadas, intersetoriais e colaborativas, capazes de considerar as singularidades regionais para efetivar o direito à educação pública de qualidade.

O artigo contribui de forma significativa para os debates sobre gestão educacional, justiça territorial e políticas públicas no contexto da Amazônia Legal, sendo de interesse para pesquisadores, gestores públicos, formuladores de políticas e estudiosos da educação integral e da educação em territórios de alta vulnerabilidade social e ambiental.

O artigo **Educação em Tempo Integral e Ensino Técnico Integrado no Estado de São Paulo**, de Marcelo Costa da Silva e Claudia de M. Darós Parente, apresenta uma análise crítica sobre a oferta do ensino médio público em tempo integral no estado de São Paulo, com foco na distribuição geográfica e na relação com os indicadores de vulnerabilidade social. A partir de um estudo georreferenciado envolvendo o Programa Ensino Integral (PEI) da rede estadual, as Escolas Técnicas do Centro Paula Souza (CEETPS) e os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), o autor examina a configuração da oferta educativa e suas implicações para a promoção da equidade.

Fundamentado em levantamento empírico, análise documental e utilização de sistemas de informação geográfica (GIS), o estudo revela que aproximadamente 60% dos municípios paulistas não possuem escolas públicas de ensino médio em tempo integral. Além disso, destaca que 89% das escolas que oferecem essa modalidade está localizadas fora das áreas de maior vulnerabilidade social, indicando desafios significativos para a efetividade das políticas educacionais em seu objetivo de enfrentamento das desigualdades.

A pesquisa contribui para o debate sobre políticas públicas de educação no Brasil, apontando a necessidade de estratégias mais articuladas entre os diferentes entes federativos e de uma atuação intersetorial que promova a democratização do acesso, a qualidade educacional e a redução das desigualdades sociais. Destina-se a pesquisadores, gestores educacionais, formuladores de políticas públicas e estudiosos das relações entre educação, território e justiça social.

O artigo **Caminhos da Educação Integral em Mato Grosso: a Gênese das Escolas Plenas**, de autoria de Cinthia Vieira Monteiro e Ronei Coelho de Lima, propõe uma análise crítica e aprofundada da política pública de educação integral em tempo integral implementada no estado de Mato Grosso, com foco na implantação do modelo nas chamadas "Escolas Plenas". Derivado de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), o estudo adota uma abordagem qualitativa com base na fenomenologia, valorizando o contexto histórico, jurídico e pedagógico da proposta educacional.

O texto discute desde a gênese da educação integral no Brasil, com destaque para pensadores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, até as estratégias contemporâneas de implantação do ensino integral em Mato Grosso, especialmente a parceria público-privada com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). A análise evidencia tensões e desafios, como a influência do setor privado no delineamento pedagógico e as implicações para o trabalho docente.

Ao articular um resgate histórico das políticas educacionais e uma crítica fundamentada ao modelo de gestão inspirado na lógica empresarial, o artigo oferece subsídios para reflexão sobre os rumos da educação pública brasileira, em especial no que tange à efetivação de uma educação integral que respeite a formação plena do sujeito e o princípio da igualdade de oportunidades.

Este trabalho interessa a pesquisadores, gestores educacionais, formuladores de políticas públicas e profissionais da educação comprometidos com o fortalecimento da escola pública de qualidade e com a construção de uma formação cidadã integral.

O artigo **Ideias sobre o Tempo Escolar e a Contribuição da Experiência de Educação Integral de Campinas – SP**, de Mariana Roveroni, propõe uma análise crítica e aprofundada da dimensão temporal na organização da educação integral, tomando como referência a experiência inovadora implementada no município de Campinas, estado de São Paulo. Originado de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) entre 2017 e 2023, o trabalho mobiliza revisão bibliográfica, análise documental e reflexão crítica para problematizar a relação entre ampliação do tempo escolar e efetivação de práticas educativas comprometidas com a formação humana integral.

Partindo de fundamentos teóricos que contrastam concepções tradicionais de tempo escolar com abordagens mais emancipadoras — inspiradas, dentre outros, na obra de Anísio Teixeira —, a autora evidencia que a qualificação e humanização do tempo de permanência na escola são elementos centrais para a construção de uma educação verdadeiramente integral, e não meramente a ampliação quantitativa da jornada. A experiência de Campinas é destacada como referência, pela valorização do trabalho docente, pela organização curricular não hierarquizada e pela gestão democrática na formulação e implementação das políticas de educação integral.

O estudo contribui de modo significativo para o campo das políticas públicas educacionais, oferecendo subsídios teórico-práticos para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas preocupados com a construção de alternativas educacionais emancipadoras e comprometidas com a justiça social.

O Programa Ensino Integral em São Paulo: configurações e proposições para uma educação integral e integradora, artigo proposto por Marcelo Alves dos Santos e Magali Aparecida Silvestre, analisa criticamente o Programa Ensino Integral (PEI) implantado no Estado de São Paulo a partir de 2012. A pesquisa qualitativa fundamenta-se em análise documental e revisão bibliográfica sobre as diretrizes do PEI, articulando-se com os estudos de Cavaliere, Paro, Posser, Moll e Girotto. Conclui que, apesar da ampliação da jornada escolar, há fragilidades na efetivação de uma educação integral plena. Os autores propõem uma reconfiguração curricular que articule afetividade, protagonismo estudantil e

interação entre escola, família e comunidade, em consonância com uma concepção integradora da educação.

O artigo **Parcerias estratégicas entre uma organização da sociedade civil e uma escola pública: impulsionando a educação integral em uma cidade educadora**, de André Luiz Ribeiro de Freitas e Alexsandro do Nascimento Machado, traz um estudo que se baseia em uma abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso realizado entre 2022 e 2024 em uma escola localizada na Vila Albertina, em São Paulo, envolvendo análise documental, observação direta e entrevistas. A partir da fundamentação em autores como Teixeira, Ribeiro, Arroyo e Moll, o texto evidencia como a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), aliada ao conceito de Cidade Educadora, contribui para a promoção da educação integral. O artigo demonstra que essas parcerias promovem práticas pedagógicas inovadoras que articulam dimensões cognitivas, afetivas e culturais, ressignificando o currículo escolar com base no território e na participação comunitária. Conclui que a integração entre escola e OSC amplia as oportunidades formativas e atua como estratégia de inclusão social e de fortalecimento do pertencimento local, sendo crucial para o avanço de políticas públicas comprometidas com a equidade e a justiça social.

Em **Bibliotecas comunitárias e o acesso à educação nos territórios**, o autor João Paulo Borges da Silveira, com base em uma abordagem analítico-reflexiva e fundamentado em autores como Paulo Freire, Santos e Gohn, discute o papel das bibliotecas comunitárias como espaços de educação não formal, que emergem da ação coletiva frente à ausência do Estado em territórios vulnerabilizados. O texto apresenta dados de pesquisas nacionais sobre hábitos de leitura e acesso à informação, revelando desigualdades marcantes na distribuição de bibliotecas e na garantia do direito à leitura. A análise evidencia que tais espaços promovem práticas educativas voltadas à emancipação, ao protagonismo dos sujeitos e ao exercício da cidadania ativa. O autor defende que as bibliotecas comunitárias devem ser reconhecidas como polos de produção de conhecimento e de articulação comunitária, dialogando com os princípios da educação integral ao oferecerem uma formação contínua, plural e enraizada nos contextos locais.

O artigo **Diferentes olhares: novas perspectivas para as Olimpíadas Científicas, Mostras e Feiras de Ciências no Brasil**, de Marcos Ribeiro, Carlos Wagner Costa Araujo e Roniere dos Santos Fenner, propõe uma leitura crítica sobre as iniciativas de realização de Feiras, Mostras e Olimpíadas Científicas no Brasil, a partir de uma pesquisa teórica com base em autores como Freire, Bachelard, Adorno e Moll. Com enfoque na educação integral,

questiona as implicações pedagógicas e epistemológicas dessas práticas, analisando se contribuem para a inclusão ou perpetuam desigualdades. Os autores evidenciam que, embora tais eventos possam fomentar a cultura científica e o pensamento crítico, muitas vezes se subordinam a lógicas meritocráticas, reforçando a competição e o individualismo. O texto defende uma ressignificação desses espaços a partir de práticas colaborativas e investigativas que valorizem o trabalho coletivo, a curiosidade e o protagonismo estudantil. Articulando a educação formal aos territórios e aos saberes da vida cotidiana, o artigo aponta caminhos para alinhar essas atividades aos princípios emancipadores da educação integral, concebida como prática formativa plena e democrática.

Jovens na paisagem urbana: configurações espaciais e práticas disruptivas é o trabalho proposto por Guillermo A. Ríos, em que apresenta uma instigante reflexão sobre o papel das juventudes na configuração da paisagem urbana, com base em um estudo qualitativo de cunho teórico e exploratório. Fundamentado na pedagogia urbana e em autores como Gordon Cullen, David Harvey, Teresa Caldeira, Pablo Vommaro e Jaqueline Moll, o texto analisa como os jovens, sobretudo em contextos latino-americanos, se apropriam dos espaços urbanos por meio de práticas formais e informais, produzindo formas alternativas de habitar, resistir e significar os territórios.

O autor revisita políticas públicas de juventude implementadas na cidade de Rosario (Argentina), como centros culturais, esportivos e o skate park, demonstrando como essas intervenções oficiais buscam disciplinar e "localizar" as expressões juvenis. Em contraste, o artigo destaca práticas informais de apropriação, como os grafites, pichações, trilhas e circuitos urbanos criados pelas juventudes em territórios marginais, evidenciando modos autônomos de construção identitária e resistência às lógicas de exclusão e violência urbana.

Ao discutir o conceito de território juvenil como um espaço em disputa, o autor articula criticamente as dimensões simbólicas e materiais do cotidiano urbano e defende que as práticas culturais periféricas — como o hip-hop e as intervenções gráficas — devem ser compreendidas como experiências pedagógicas que revelam o direito à cidade e ao pertencimento. O texto contribui para o campo da educação integral ao propor uma ampliação dos espaços e tempos educativos, sugerindo que o currículo da cidade pode ser lido nas marcas urbanas inscritas pelas juventudes.

Ao incorporar a noção de cidade educadora e as ideias de Moll sobre a utopia urbana como espaço de reinvenção social, o artigo convida educadores, gestores e pesquisadores a reconhecer os territórios como campos formativos vivos, onde se aprendem modos de vida,

convivência, resistência e criação. Trata-se, portanto, de uma potente defesa da pedagogia urbana como parte integrante de uma educação integral comprometida com a justiça social e a diversidade cultural.

Em sua diversidade, os textos reunidos neste dossiê reafirmam que a educação integral é um projeto civilizatório essencial para a construção de sociedades democráticas, articulando território, formação humana e o direito à educação ao longo da vida, à luz de princípios que valorizam a pluralidade, a intersetorialidade, a experiência e o protagonismo dos sujeitos.

Considerando a amplitude presente nestes artigos, apresentamos, para leitura e apreciação de cada um e de cada uma, o presente Dossiê, desejando que contribua para reflexões que nos ajudem a materializar um mundo no qual valha a pena viver.

Com alegria e nas conexões sul-nordeste-norte,

Profª. Drª. Jaqueline Moll[1]
Profª. Drª. Silvia Maria Leite de Almeida[2]
Profª. Drª. Telma Guerreiro Barroso[3]

[1] Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW), Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5465-178X.
[2] Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0000-7390-1932.
[3] Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8098-8036.